



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de locação de veículos, com ou sem motorista, em caráter eventual, pelo sistema de diária, com quilometragem livre, seguro incluído, para suporte às atividades finalísticas e de representação da Agência Nacional de Transportes terrestres – ANTT, em todo o território nacional, capitais e cidades do interior, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT (R\$)	VLR TOTAL (R\$)
1	DIÁRIA (24h) veículo PASSEIO SEM MOTORISTA, com seguro total sem combustível.	296	289,10	85.573,60
2	HORA EXTRA veículo PASSEIO SEM MOTORISTA, com seguro total sem combustível.	44	113,92	5.012,48
3	DIÁRIA (24h) veículo EXECUTIVO SEDAN COM MOTORISTA com seguro total e com forn.de combustível	23	1.170,64	26.924,72
4	HORA EXTRA veículo EXECUTIVO SEDAN COM MOTORISTA	4	168,30	673,20
5	DIÁRIA(24h) VAN 15 pessoas COM MOTORISTA com seguro total e com fornecimento de combustível.	21	1.653,56	34.724,76
6	HORA EXTRA VAN 15 pessoas COM MOTORISTA	3	373,17	1.119,51
7	DESPESAS COM PEDÁGIO, ESTACIONAMENTO, GASOLINA, FRANQUIA DE SEGURO, DIÁRIA DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO R\$			4.700,00
VALOR ESTIMADO TOTAL R\$				158.728,27
DESCONTO OFERTADO EM LICITAÇÃO (%)				
VALOR TOTAL (R\$)				

1.1.1. O valor inserido no item 7 da tabela acima foi estimado para fazer frente às despesas pagas pela LICITANTE VENCEDORA com pedágios, estacionamento, combustíveis, franquias de seguro, multas e diárias de hospedagem e alimentação de motoristas a serem ressarcidas pela ANTT, quando necessários, e não será objeto de disputa no certame.

1.1.2. O licitante deverá ofertar desconto sobre o valor total estimado, não podendo alterar os valores unitários para cada item, como forma de se prevenir o jogo de planilha.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará o regime de execução Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de locação de veículos, com ou sem motorista, em caráter eventual, pelo sistema de diária, com quilometragem livre, seguro total, para suporte às atividades finalísticas e de representação da Agência Nacional de Transportes terrestres – ANTT, em todo o território nacional, capitais e cidades do interior, abrangendo a locação de veículos de passeio, veículos tipo sedan executivo e Vans com capacidade para transportar até 15 pessoas.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A LICITANTE VENCEDORA deverá ser capaz de prestar os serviços de locação de veículos, com ou sem motorista, em caráter eventual pelo sistema de diária em todo o território nacional.

5.1.2. Os serviços deverão ser exercidos em caráter continuado, pois sua interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades finalísticas da Agência e por sua necessidade se estender por mais de um exercício financeiro.

5.1.3. Os veículos a serem locados deverão ser abastecidos, preferencialmente, com combustíveis renováveis, como o etanol, como forma de promoção de prática sustentável.

5.1.4. Os serviços deverão ter início em 31 de dezembro de 2022.

5.2. A LICITANTE VENCEDORA deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste TR.

### 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Tendo-se em consideração as características do objeto da contratação, não será solicitada vistoria nas instalações do local de execução dos serviços.

### 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica

7.1.1. Dos serviços

7.1.1.1. Prestação de serviços de locação de: veículos tipo passeio, sem combustível, sem motorista, com seguro total, com quilometragem livre; e locação de veículos tipo sedan executivo e van executiva com motorista, com seguro total, com combustível, com quilometragem livre; pelo sistema de diárias, para suporte às atividades finalísticas e de representação da Agência Nacional de Transportes terrestres - ANTT e, eventualmente, em viagens de curta duração para o interior dos estados, de acordo com os termos e especificações deste termo de referência e seus anexos.

7.1.1.2. Os serviços deverão ser prestados em todo o território nacional.

7.1.2. Do prazo para solicitação de veículo

7.1.2.1. A solicitação da locação de veículos deverá ser feita pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 6 (seis) horas em relação ao momento de apresentação do veículo com ou sem motorista ao USUÁRIO, cabendo à CONTRATADA tomar as providências necessárias ao atendimento do pedido.

7.1.3. Das características do serviço

7.1.3.1. O tempo de locação do veículo terá início a partir da:

- a) retirada do veículo, nas locações sem motorista; ou
- b) quando for disponibilizado o veículo com motorista para o USUÁRIO, nas locações com motorista.

7.1.4. Das especificações dos veículos

- 7.1.4.1. Veículo tipo “PASSEIO”: veículo sedan intermediário, quatro portas, com ar condicionado, com vidros e travas elétricos, direção hidráulica ou elétrica (exemplos: Toyota Etios 1.5, Nissan Versa 1.6, Hyundai HB20S 1.6, Fiat Cronos 1.3, VW Voyage 1.6 ou similar);
- 7.1.4.2. Veículo tipo “EXECUTIVO SEDAN”: veículo sedan, quatro portas, com ar condicionado, com vidros e travas elétricos, direção hidráulica ou elétrica (exemplos: GM Cruze 1.4 turbo, Nissan Sentra 2.0, Toyota Corolla GLI 1.8 ou similar) e
- 7.1.4.3. Veículo tipo “VAN EXECUTIVA”: com capacidade para 15 passageiros, com ar condicionado (exemplos: Renault Master, Mercedes-Benz Sprinter, Citroen Jumper ou similar).

7.1.5. Da carga-horária para utilização dos veículos

7.1.5.1. Os veículos serão locados de acordo com a discriminação abaixo:

- a) todas as diárias serão de 24 (vinte e quatro) horas;
- b) O pagamento de hora-extra do veículo é devido quando exceder a diária de 24 (vinte e quatro) horas;
- c) O número máximo de horas-extras será de 5 (cinco), ultrapassando esse número será cobrada mais uma diária;
- d) O valor máximo de horas-extras por locação não poderá ultrapassar o valor de uma diária; e
- e) As horas extras somente serão computadas após o término do prazo de tolerância de 60 (sessenta) minutos, findo o horário inicialmente previsto (HIP) para o término da locação.

7.1.6. Do condutor do veículo

- 7.1.6.1. Nas locações com motoristas estes deverão apresentar-se adequadamente para prestar o serviço, trajando terno e gravata (Passeio Completo), de cores sóbrias e de sapato social.
  - a) Considerando a especificidade dos serviços, poderá, a critério do USUÁRIO da CONTRATANTE ser dispensado o uso de terno pelo motorista.
- 7.1.6.2. Os veículos locados sem motoristas deverão ser conduzidos pelos USUÁRIOS indicados pela CONTRATANTE e relacionados no respectivo voucher.
- 7.1.6.3. A CONTRATANTE poderá indicar até três condutores para cada locação sem motorista, sem acréscimo de taxa de cadastro de condutor adicional.

7.1.7. Do USUÁRIO da locação de veículo

- 7.1.7.1. O USUÁRIO dos veículos locados será sempre servidor ou colaborador da CONTRATANTE, que utilizará diretamente os serviços de locação de veículo prestados pela CONTRATADA, seja com ou sem motorista, para cumprimento de missão de interesse da CONTRATANTE.

7.2. A execução do objeto será iniciada em 31 de dezembro de 2022 na forma citada no subitem 7.1.

8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.**

8.1. Mecanismo de comunicação

- 8.1.1. Os pedidos de reserva de veículo, para locação de interesse da CONTRATANTE, serão encaminhados à CONTRATADA por meio de Ordem de Serviço (modelo inserido no Anexo II deste TR), enviada por e-mail pela Área de Transportes da ANTT (vinculada à CINFS/GELOG/SUDEG), obedecendo as normas previstas deste Termo de Referência e contendo todas as informações necessárias ao atendimento do pedido.

- 8.1.1.1. As informações de reserva (modelo, cor do veículo, nome/telefone/celular do motorista, etc.) deverão ser repassadas pela CONTRATADA diretamente à Área de Transportes da ANTT (vinculada à CINFS/GELOG/SUDEG) da CONTRATANTE, obrigatoriamente, em até 3 (três) horas de antecedência ao horário de apresentação do veículo/motorista ao USUÁRIO.
- 8.1.1.2. Quando a locação iniciar em dias não úteis ou no primeiro dia útil subsequente, as informações de reserva deverão ser transmitidas à Contratante, pela CONTRATADA, até as 15:00 h do dia útil que anteceder a data de entrega do veículo a ser locado.

- 8.2. O USUÁRIO da locação deverá encaminhar à fiscalização do Contrato, ao final da locação, avaliação da prestação dos serviços que incluam: a conformidade dos veículos solicitados com os inseridos na ordem de serviços; a qualidade da condução do veículo, em caso de locação com motorista; a pontualidade da disponibilização do veículo, em conformidade com a descrição da ordem de serviços; a limpeza do veículo quando entregue ao usuário.

9. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 9.1. Devido às características do objeto, não será exigida a disponibilização de materiais.

10. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 10.1. A demanda do órgão tem como base as características informadas na planilha inserida no subitem 1.1 e as disposições inseridas nos Estudos Preliminares anexados ao Termo de Referência.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso das locações de veículos, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
  - 11.6.1. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 11.6.2. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
  - 11.9.1. A identificação do órgão de representação judicial da AGU será após a conclusão do processo sancionatório e antes da decisão da autoridade competente pela aplicação ou não da sanção;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. A CONTRATANTE deverá custear:
  - 11.12.1. a locação de veículo, com ou sem motorista, que não tenha sido utilizada e que não tenha sido efetuado o cancelamento da solicitação pelo representante da CONTRATANTE com, no mínimo, 3 (três) horas de antecedência ao horário de apresentação ao USUÁRIO. Nesse caso, será pago o valor de uma diária, independente da

modalidade de locação solicitada pelo representante da ANTT para aquele serviço;

11.12.2. as hora-extras dos veículos , cuja permanência com o USUÁRIO ultrapassar o período para o qual foi locado (24 h), considerando o limite estabelecido no subitem "7.1.5.1 e" deste Termo;

11.12.3. nas locações "com motorista", as despesas com estacionamento e pedágio que venham a compor o preço, desde que comprovadas pela CONTRATADA mediante a apresentação de documentos hábeis originais ou cópias autenticadas;

11.12.4. nas locações "com motorista", as despesas relativas à taxa de estacionamento no aeroporto, que venham a compor o preço, quando ocorrido até 30 (trinta) minutos anterior ao horário de apresentação do motorista/funcionário da CONTRATADA ao USUÁRIO, desde que comprovadas mediante a apresentação de documentos hábeis originais ou cópias autenticadas;

11.12.5. o valor da franquia do seguro quando o servidor/colaborador da CONTRATANTE for o causador do sinistro;

11.12.5.1. quando o sinistro com o veículo locado for de pequena monta, com valor supostamente inferior ao valor de sua respectiva franquia de seguro, a CONTRATANTE poderá solicitar a apresentação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos de empresas especializadas, detalhando o valor das peças e dos serviços a serem executados, para que possa optar por pagar à CONTRATADA o valor que lhe for mais vantajoso.

11.12.6. O valor correspondente às multas de trânsito quando o colaborador da CONTRATANTE for o causador.

11.12.7. O combustível, nas locações "sem motorista", ficará a cargo do usuário do veículo (servidor ou colaborador da ANTT), que utilizará um cartão de abastecimento fornecido pela Agência, cujo custo será arcado pela Administração Pública.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação de motoristas (nas locações com motoristas) necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os veículos a serem locados, conforme as especificações apresentadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos veículos empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar motoristas habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpos os veículos a serem locados nas melhores condições de segurança e higiene .

12.12. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos de locação que fujam às especificações estabelecidas no contrato ou no edital.

12.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo os veículos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.19. Disponibilizar os veículos em até 6 (seis) hora após o recebimento da autorização de início dos serviços, nos locais e horários fixados pelo contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme estabelecido.

12.20. Arcar com as despesas relativas a combustível (em caso de locação com motorista), troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos, bem como de lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto sob o contrato.

12.21. Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas.

12.22. Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

12.23. Substituir de forma imediata os veículos que não atenderem às condições estabelecidas no termo de referência, sob pena de aplicações das sanções estabelecidas no contrato, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação aplicável.

12.24. Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.

12.25. Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

12.26. Substituir o veículo, a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de abaloamento, reparos mecânicos, má conservação, falta de condições de segurança, higiene ou limpeza.

12.27. Fazer seguro total dos veículos a serem locados e manter as apólices vigentes dos seguros do casco, contra terceiros e danos pessoais.

12.28. Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

12.29. Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato nas locações com motorista.

- 12.30. Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera.
- 12.31. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos.
- 12.32. Observar as disposições contidas na Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, quanto à destinação final ambientalmente adequada de pneus.
- 12.33. É de responsabilidade da CONTRATADA custear despesas com:
- 12.33.1. taxas de serviços, impostos e seguro total do veículo;
  - 12.33.2. combustível, no caso de locação de veículo “com motorista”;
  - 12.33.3. locomoção dos veículos e motoristas para o local da apresentação;
  - 12.33.4. autos de infrações de trânsito, exclusivamente nas locações com motorista; e
  - 12.33.5. diárias e encargos sociais dos motoristas.
- 12.34. Nas locações “sem motorista” as despesas com combustível serão custeadas pela Contratante.
- 12.34.1. Nesse caso, a CONTRATADA deverá entregar o veículo com tanque cheio e o USUÁRIO deverá restituí-lo, também, com tanque cheio.
- 12.35. Assumir as despesas com hospedagem e alimentação dos seus motoristas.
- 12.35.1. Nas locações com motorista que envolvam necessidade de hospedagem dos motoristas deverão ser fornecidas diárias pela CONTRATADA no valor estimado de R\$ 120,00 para hospedagem e alimentação, valor esse que será ressarcido pela Contratante.
- 12.36. Isentar a CONTRATANTE de quaisquer ônus, caso a suspensão da locação de qualquer veículo seja comunicada à CONTRATADA em período anterior a 03 (três) horas antes da marcada para a disponibilização do veículo.
- 12.36.1. A comunicação deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica, na qual seja utilizada o recurso de confirmação de leitura, que deverá ser recebida pelo responsável da ANTT pela reserva de locação também no prazo de 03 (três) horas de antecedência estipulado acima.
- 12.36.2. Caso a Contratada não encaminhe a confirmação de leitura no prazo anterior a 03 (três) horas de antecedência da disponibilização do veículo, o responsável da ANTT pela reserva de locação deverá fazer contato adicional (telefone e/ou aplicativos de mensagens instantâneas), a fim de obter a confirmação de leitura e/ou resposta que confirme a ciência da locadora em relação ao cancelamento da prestação do serviço em questão.
- 12.37. Designar um representante, que será devidamente cadastrado pela CONTRATANTE, para exercer a função de PREPOSTO, com a finalidade de atender às demandas de locação de veículos durante a vigência do contrato.
- 12.38. Dotar os motoristas de telefones móveis (celulares), de modo a possibilitar que os representantes da CONTRATANTE tenham condição de se comunicar com eles respeitadas as condições contratuais de prestação dos serviços
- 12.39. Manter contrato de seguro total para todos os veículos incluídos na prestação dos serviços e informar aos representantes da CONTRATANTE os valores das franquias para os casos de sinistro dos veículos locados na modalidade “sem motorista”.
- 12.40. Adotar todas as providências necessárias à liberação do USUÁRIO, inclusive disponibilizando outro veículo e/ou motorista, se for o caso, nas locações “com motorista”, quando da ocorrência de sinistro durante a prestação do serviço.
- 12.41. A CONTRATADA estará obrigada a entregar o veículo com ou sem motorista no local indicado pela CONTRATANTE quando da solicitação do serviço.
- 12.41.1. No caso de o USUÁRIO desembarcar em aeroporto, o motorista (locação com motorista) ou funcionário da CONTRATADA (locação sem motorista) deverá se apresentar ao USUÁRIO no Portão de Desembarque, portando placa com a inscrição “ANTT”.
  - 12.41.2. Para as empresas que possuem “Balcão de Atendimento” no interior do Aeroporto e, a critério do USUÁRIO, o procedimento descrito no subitem 12.42.1 poderá ser dispensado. Neste caso, o próprio USUÁRIO se deslocará até o referido balcão e solicitará o serviço, que já estará previamente agendado.
- 12.42. Quando a prestação do serviço ocorrer em cidades distintas do local de retirada do veículo, o motorista deverá portar numerário suficiente para cobrir despesas com estacionamento, pedágios e outras decorrentes da prestação do serviço.
13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. A conformidade dos veículos a serem locados na execução dos serviços deverá ser verificada de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, modelo e ano de fabricação.
- 15.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo IV, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou;
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.14. A conformidade dos veículos a serem locados na execução dos serviços deverá ser verificada de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta.

15.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.16.1. A fiscalização poderá, quando julgar necessário, realizar inspeção dos veículos colocados à disposição da CONTRATANTE, pela CONTRATADA, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção e limpeza;

15.16.2. A fiscalização dos serviços contratados deverá ser realizada, também, pelo USUÁRIO, durante a execução do serviço, informando imperfeições à Área de Transportes da CONTRATANTE, que tomará as providências cabíveis.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos veículos empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os veículos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------	--

## 18. DO REAJUSTE

- 18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1. Os critérios para estabelecimento da garantia contratual serão estabelecidos no Edital de licitação.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 20.2.2. Multa de:
- 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**TABELA 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**TABELA 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por diária;	02
4	Disponibilizar veículo em desconformidade com o estabelecido no TR e na Ordem de Serviço	01
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente nas locações com motorista, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: R\$ 158.728,27 (cento e cinquenta e oito mil setecentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos)

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços inserida no item 1.1 deste Termo de Referência.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o maior desconto sobre o valor estimado global.

- 21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
22. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 22.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de R\$ 158.728,27 (cento e cinquenta e oito mil setecentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos)
- 22.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa efetuada de acordo com o art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020 .
23. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 23.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO	Matrícula/SIAPE: 2070677
(assinado eletronicamente) MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO	
Nome: CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO	Matrícula/SIAPE: 1717145
(assinado eletronicamente) CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO	
Aprovação do Gerente	
Nome: MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO	Matrícula/SIAPE: 2076777
Aprovo este Termo de Referência.	
(assinado eletronicamente) MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO Gerente de Recursos Logísticos - SUBSTITUTO	
Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente	
Nome: EDUARDO JOSÉ MARRA	Matrícula/SIAPE: 1533949
Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 9º, §2º, do Decreto nº 5.450/2005, APROVO o referido documento.	
(assinado eletronicamente) EDUARDO JOSÉ MARRA Superintendente de Gestão Administrativa	

#### ANEXO I

#### ESTUDOS PRELIMINARES

Os estudos preliminares foram anexados ao processo 50500.160446/2022-43 (13455048)

#### ANEXO II

#### MODELO DA ORDEM DE SERVIÇOS

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO					
Requisição de veículo n°:			Unidade requisitante:		
Data de emissão: / /			Serviço:		
Contrato n°: XX/20XX			Servidor Responsável (usuário):		
IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA					
Razão social:				CNPJ:	
Endereço:					
Telefone:			E-mail		
DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					
IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS					



Local, data

Fiscal do Contrato

## ANEXO III - PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT (R\$)	VLR TOTAL (R\$)
1	DIÁRIA (24h) veículo PASSEIO SEM MOTORISTA, com seguro total sem combustível.	296		
2	HORA EXTRA veículo PASSEIO SEM MOTORISTA, com seguro total sem combustível.	44		
3	DIÁRIA (24h) veículo EXECUTIVO SEDAN COM MOTORISTA com seguro total e com forn.de combustível	23		
4	HORA EXTRA veículo EXECUTIVO SEDAN COM MOTORISTA	4		
5	DIÁRIA(24h) VAN 15 pessoas COM MOTORISTA com seguro total e com fornecimento de combustível.	21		
6	HORA EXTRA VAN 15 pessoas COM MOTORISTA	3		
7	DESPESAS COM PEDÁGIO, ESTACIONAMENTO, GASOLINA, FRANQUIA DE SEGURO, DIÁRIA DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO R\$			4.700,00
VALOR ESTIMADO TOTAL R\$				
DESCONTO OFERTADO EM LICITAÇÃO (%)				
VALOR TOTAL (R\$)				

ANEXO IV -  
IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Indicador nº 01	
Pontualidade na disponibilização dos veículos pela contratada	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que os horários de disponibilização sejam rigorosamente observados pela Contratada.
Meta a cumprir	Sem atrasos.
Instrumento de medição	Relatório de fiscalização
Forma de acompanhamento	Controle do Fiscal Técnico e/ou Gestor do Contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada ocorrência será verificada e valorada individualmente. Nº de disponibilizações em atraso = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de Ajuste no pagamento	X até 5 - zero ponto. De 6 a 10 - dois pontos De 11 a 20 - quatro pontos Acima de 21 - seis pontos
Carência	Durante os primeiros 3 (três) meses de contrato, a título de carência para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, as faixas de ajuste no pagamento não repercutirão no valor da fatura.

Indicador nº 02	
Avaliação Mensal do fiscal	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar se os veículos estão em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecimento e limpeza, além da completa documentação exigida.
Meta a cumprir	Promover um serviço de qualidade em função da segurança e bem-estar dos usuários
Instrumento de medição	Registros de fiscalização apontados pelo fiscal do contrato
Forma de acompanhamento	Controle do Fiscal Técnico e/ou Gestor do Contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada ocorrência será verificada e valorada individualmente. Nº de ocorrências = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de Ajuste no pagamento	X até 5 - zero ponto. De 6 a 10 - dois pontos De 11 a 20 - quatro pontos Acima de 21 - seis pontos
Carência	Durante os primeiros 3 (três) meses de contrato, a título de carência para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, as faixas de ajuste no pagamento não repercutirão no valor da fatura.

O resultado final do IMR será soma da pontuação obtida a partir dos indicadores observados, conforme tabela abaixo.

FATOR DE QUALIDADE			
Soma de pontos do mês	0 a 5 pontos	6 a 10 pontos	Mais de 10 pontos
% IMR	100 %	95 %	90 %

O valor a ser recebido pela empresa pela prestação dos serviços é diretamente proporcional ao percentual atingido na escala do IMR. O valor da fatura será, portanto, o resultado da multiplicação do valor da franquia mínima pelo percentual do IMR atingido.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Gerente Substituto (a)**, em 31/10/2022, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO, TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, em 31/10/2022, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JOSE MARRA, Superintendente**, em 31/10/2022, às 19:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14135409** e o código CRC **A09D4D19**.

